

**XII Congresso Brasileiro  
de História Econômica**

**13<sup>a</sup> Conferência Internacional  
de História de Empresas**

---

**Niterói,  
28, 29 e 30 de agosto  
de 2017**

**Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política  
econômica (1946-1951)**

**Luhan Martins Reigoto**

## **Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946-1951)**

Luhan Martins Reigoto<sup>1</sup>

### **Resumo**

O objetivo do artigo é analisar a condução da política econômica adotada na gestão do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) a partir da demarcação dos cenários internacional e doméstico. O cenário externo é caracterizado pelo fim da II Guerra Mundial e a reorganização global sob duas lideranças, Estados Unidos, pelo bloco capitalista, e União Soviética, pelo bloco socialista, isto é, pelo princípio da Guerra Fria. No lado interno, o debate acerca dos rumos a serem adotados pela nova gestão democrática ficou polarizado na questão Simonsen-Gudin, confrontando o pensamento desenvolvimentista com o liberal. A política econômica se apresenta liberal no começo do mandato, mas passa cada vez mais a adotar uma postura desenvolvimentista a partir de 1949.

**Palavras-chave:** Guerra Fria; Bretton Woods; desenvolvimentismo; neoliberalismo; política econômica.

### **Abstract**

The purpose of this article is to analyze the conduct of the economic policy adopted in the management of General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) from the demarcation of the domestic and domestic scenarios. The external scenario is characterized by the end of World War II and the global reorganization under two leadership, the United States, the capitalist bloc, and the Soviet Union, the socialist bloc, that is, the Cold War principle. On the internal side, the debate about the direction to be adopted by the new democratic management was polarized on the Simonsen-Gudin issue, confronting developmentalist thinking with the liberal. Economic policy appears liberal at the beginning of the mandate, but increasingly adopts a developmentalist stance from 1949.

**Keywords:** Cold War; Bretton Woods; developmentalism; neoliberalism; economic policy.

---

<sup>1</sup>Mestrando em Economia no PPGE-UFF (contato: lmreigoto@gmail.com). O autor agradece as críticas, comentários e sugestões feitas pelo Prof. Dr. Fernando Mattos (PPGE-UFF). As opiniões aqui expressas e os erros remanescentes são de inteira responsabilidade do autor.

O governo Dutra (1946-1951) está inserido em momento ímpar da história mundial, o imediato pós-II Guerra Mundial, e também da história brasileira, com a redemocratização após a ditadura varguista. O cenário internacional é marcado pelo início da Guerra Fria entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e as respectivas zonas de influência de ambas as nações. Por outro lado, o cenário doméstico é marcado pela definição dos rumos a serem tomados pelo país com o retorno à democracia, que agora estariam nas mãos dos brasileiros capazes de dar sua opinião através do voto, ao invés de centralizadas nas mãos de uma única pessoa. Nesse sentido, ambos os cenários externo e interno são determinantes da política econômica a ser implementada pelo governo eleito, sendo de fundamental importância compreendê-los para então fazer essa análise macroeconômica.

O cenário internacional é caracterizado por uma Europa destruída pela II Guerra Mundial, cujo esforço de reconstrução só pode ser entendido sob a ótica da Guerra Fria, e pelos acordos de Bretton Woods, firmados numa conferência na cidade de mesmo nome no Estado de New Hampshire no ano de 1944, ou seja, antes do final da guerra. A Guerra Fria é o pano de fundo para a compreensão dos investimentos norte-americanos visando à reconstrução do continente europeu, o Plano Marshall, como decorrência do temor de que a ideologia soviética se espalhasse entre países da Europa Ocidental, sobretudo em função de sua destruição física e da desorganização econômico-social do imediato pós-II guerra. Ademais, a URSS desfrutava de prestígio junto a amplos setores de opinião pública da Europa Ocidental, em virtude de seu papel decisivo para a derrota de Hitler, da mesma forma que os partidos socialistas ou os partidos comunistas dos países europeus ocidentais também gozavam de reconhecimento positivo por parte dessa mesma população, graças ao papel exercido na resistência ao nazismo nos países ocupados ou atacados pelas tropas de Hitler.

O cenário do pós-segunda guerra também estava marcado pela preocupação das autoridades políticas e financeiras dos principais países do mundo no sentido de evitar repetir os erros que haviam sido cometidos nos Tratados de Versailles, que – então tornava-se consensual – havia tido um papel fundamental para o sentimento – e ação – de revanche deflagrado pela Alemanha desde a ascensão do nazismo ao poder naquele país. Desta forma, caberia aos acordos de Bretton Woods regulamentar as relações comerciais e financeiras entre os países membros, no intuito de impedir que as disputas econômicas fomentassem novos conflitos bélicos.

O ambiente político-econômico brasileiro estava ligado aos rumos do país recém-democratizado<sup>2</sup>, incitando um debate sobre a política econômica a ser adotada pelo próximo governo. Esse debate ficou conhecido pela sua polarização entre o economista Eugenio Gudín, representante da ala liberal, e o industrial Roberto Simonsen, expoente da ala desenvolvimentista. Embora tal debate fosse mais amplo, pois envolvia várias vertentes do pensamento desenvolvimentista e o pensamento comunista, foi imortalizado como o famoso debate Simonsen-Gudín. Sairia ‘vencedor’ do debate o pensamento liberal de Gudín, que definiu os contornos gerais da gestão da política econômica pelo governo Dutra.

A política econômica do governo Dutra pode ser dividida em três fases: liberal plena, liberal com controle de importações e desenvolvimentista. A fase liberal plena é marcada pela noção da necessidade de redução dos gastos públicos em função do diagnóstico de inflação de demanda e também liberalização do fluxo de capitais e fixação da taxa de câmbio valorizada, implicando a rápida evaporação das reservas internacionais, periodizada entre 1946 e meados de 1947. Tal postura liberal com o comércio exterior foi iniciada já no breve período de interinidade de José Linhares e mantida por Dutra; o objetivo era combater a inflação com produtos importados baratos – a moeda também foi mantida valorizada, além da abertura comercial – e também atender à demanda reprimida por bens de consumo e por equipamentos e matérias primas industriais que vinham sendo dificilmente acessadas na época da guerra – principalmente por problemas de privação de oferta que vinha de fora do que por medidas tomadas pelo Estado brasileiro. Essa perda de divisas fez com que o governo adotasse o controle de importações de modo a possibilitar a manutenção de importações necessárias ao país a partir de meados de 1947, mas sem o abandono da orientação liberal na condução da política econômica dado que manteve a conta capital aberta, fase esta verificada entre meados de 1947 e 1949. A terceira fase, de 1949 ao fim do mandato, representa um enfraquecimento<sup>3</sup> da ideologia liberal e a opção pelo desenvolvimento como finalidade da política econômica, privilegiando o setor indústria,

---

<sup>2</sup> A própria incoerência de ter estado ao lado – com ação bélica, inclusive – das forças das nações democráticas ao longo do conflito que então tinha acabado de se encerrar abriu espaço para os argumentos em favor da redemocratização no Brasil, fortalecendo os grupos políticos (e militares) que então advogavam a queda de Vargas (mesmo que muitos deles tenham estado ao lado de Vargas desde a deflagração do Estado Novo).

<sup>3</sup> Ademais, é preciso lembrar que a aposta na abertura da conta de capital não foi alterada em nenhum momento, mesmo quando os números indicavam mais saída de reservas do que entrada de investimentos externos, evidenciando que o Brasil não seria “premiado” pelos países do bloco capitalista liderado pelos EUA por sua participação na II Guerra Mundial.

com menor preocupação em relação aos gastos públicos e uma política monetária expansionista, destacando a ampliação creditícia realizada pelo Banco do Brasil em todo o período, mas que passaria a ser política de governo a partir deste momento. As mudanças na condução da política econômica refletem as conjunturas internacional e doméstica mais que uma alteração na ideologia do presidente, de modo que a passagem da fase I para a fase II deve ser compreendida à luz da Guerra Fria e dos acordos de Bretton Woods, enquanto que a passagem da fase II para a fase III pode ser explicada pelo fortalecimento do setor industrial e do pensamento desenvolvimentista domesticamente, bem como pela proximidade com as eleições de 1950, que tendeu a gerar um comportamento mais pragmático no presidente, buscando obter níveis maiores de crescimento do PIB e atender demandas do setor privado industrial e agrário também.

O artigo se divide em três seções, além desta introdução. A primeira seção aborda o rico cenário internacional do período, marcado pela Guerra Fria e acordos de Bretton Woods. A seção dois trata do debate doméstico acerca dos rumos a serem adotados pela política econômica, destacando os pensamentos liberal e desenvolvimentista. A terceira seção versa sobre a política econômica do governo Dutra e suas modificações ao longo do mandato, destacando suas ações e resultados. Finalmente, as considerações finais encerram o trabalho.

### **Cenário Internacional**

A compreensão do plano internacional do período passa pela Guerra Fria e Acordos de Bretton Woods. A Guerra Fria só pode ser entendida a partir do resultado da II Guerra Mundial (GM), em especial seus desafios. Segundo Mazzucchelli (2013), os desafios do pós-guerra eram enormes, como a reconstrução dos países afetados pela guerra, destacando os setores agrícola, de transporte e comunicação, provimento de combustíveis, oferta de bens de consumo e a infraestrutura urbana. Havia também a necessidade de reestabelecimento do comércio internacional e reorganização monetária dos países, sem os quais os governos não conseguiriam realizar ações de recuperação. Diferente dos países europeus, os EUA estavam em uma posição privilegiada, por serem credores internacionais e superavitários no balanço de pagamentos (BP), por terem dobrado sua produção no período 1938-1945 e por possuir imensa oferta de

alimentos e produtos industrializados para exportar. Nesse sentido, qualquer tentativa de superação dos efeitos da II GM passava pelo relacionamento com os EUA. Em relação à URSS, dada a impossibilidade de alinhamento aos EUA, teve de superar os gigantescos efeitos da guerra através da anexação territorial e da apropriação de ativos a título de reparação.

A Guerra Fria pode ser vista como um desdobramento natural da luta contra o nazismo, uma vez que a II GM foi um conflito global de luta pelo poder entre os dominados, Alemanha e Japão, e os dominantes, Inglaterra e França, além dos EUA em escala reduzida. O conflito ideológico seria decorrente da resolução da segunda guerra, com a derrota do nazismo, em cujo lado vencedor estavam inseridas duas forças antagônicas, e que somente se uniram em virtude de um inimigo comum – a Alemanha nazista de Hitler e tudo o que ela representava. Além disso, quando os americanos jogam duas bombas atômicas em uma nação já quase derrotada, o Japão, estabeleciam-se ali os novos parâmetros para eventuais futuras guerras mundiais. A IIGM foi vencida pelos homens soviéticos e recursos estadunidenses, de modo a dificultar que Inglaterra e França pudessem voltar a assumir uma posição central nas relações mundiais de outrora. O papel da URSS nessa nova ordem mundial estava claro, tratava-se de um ator absolutamente relevante e determinante nos assuntos internacionais, possuindo uma esfera de influência não desprezível na visão de Churchill, primeiro ministro britânico. Para Roosevelt, presidente dos EUA, era necessário reconhecer a hegemonia econômica e militar norte-americana globalmente, além de uma convivência pacífica, se possível, com os soviéticos, tidos como uma nação politicamente fortalecida devido à sua contribuição na derrubada do nazismo. (MAZZUCHELLI, 2013)

A Guerra Fria foi um período marcado por uma forte tensão de conflito imediato entre as superpotências, EUA e URSS. Para Hobsbawm (2016), gerações inteiras cresceram sob o temor de batalhas nucleares globais a qualquer momento, o que devastaria a humanidade. O passar do tempo possibilitava mais problemas políticos e tecnológicos, de modo que o medo de uma destruição mútua inevitável seria o único entrave para o sinal verde de qualquer um dos lados iniciar o suicídio planejado da civilização. Tal destruição não se verificou, porém foi uma realidade diária no período. A rigor, não houve o perigo iminente de uma guerra mundial em termos objetivos, o que seria a peculiaridade da Guerra Fria. Ambas as superpotências, EUA e URSS, aceitaram a distribuição global de forças herdada do fim da II GM, mesmo equivalendo a um equilíbrio desigual de poder, o que nunca foi contestado em essência. Caberia aos

soviéticos o controle/influência sobre as zonas ocupadas pelo Exército Vermelho e outras forças armadas comunistas desde o final da II GM, sem o intuito de aumentar essa influência pela via militar. Os estadunidenses, por sua vez, exerciam controle/influência sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, contudo sem intervenção na zona de influência da URSS.

A divisão do mundo em dois grandes blocos é uma consequência da II GM. Mazzucchelli (2013) afirma que a divisão europeia em duas grandes áreas de influência se tornou mais nítida logo após o fim do conflito mundial, passando a ser irreversível com o desmembramento da Alemanha. As ações das superpotências estavam de acordo com a divisão do mundo, com os EUA anunciando em 1947 o Plano Marshall e a Doutrina Truman, seguido pela imposição de controles rígidos da URSS sobre o leste europeu, a criação do Cominform, o apoio à tomada do poder pelos comunistas na Checoslováquia em 1948 e determinação do bloqueio de Berlim entre 1948-1949. Havia também essa polarização no continente asiático, com o Japão sendo uma nação ocupada pelos norte-americanos, e a China conquistada por Mao Tsé Tung em 1949, mesmo não sendo um satélite soviético. A Guerra da Coreia veio a fomentar novos temores de um conflito aberto entre as superpotências em função da presença de tropas chinesas e estadunidenses no conflito.

Esse período compreendido entre a Doutrina Trumane a Guerra da Coreia é tido como o mais tenso de toda a Guerra Fria, pois nele o temor norte-americano de uma desintegração ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia havia fundamento, justamente à chegada dos comunistas ao poder na China em 1949. Além disto, os EUA possuíam o monopólio das armas nucleares e multiplicavam suas declarações anticomunistas, ao passo que a URSS sofria seus primeiros abalos com a saída da Iugoslávia de Tito em 1948 do bloco soviético. Ainda nesse conturbado período, a China recém-tomada pelos comunistas já adentra a um conflito grande na Coreia, disposta a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver. Todos esses acontecimentos reforçam a noção da instabilidade forte do período. (HOBSBAWM, 2016)

De acordo com Teixeira (1983), o processo de internacionalização do pós-guerra só pode ser compreendido à luz de dois aspectos, a generalização do padrão manufatureiro norte-americano e às respostas nacionais à concorrência intercapitalista. O primeiro aspecto está atrelado à afirmação dos EUA como potência hegemônica mundial, cujo objetivo era a reprodução da estrutura industrial americana em sua zona



de influência, com organização parecida, mesmos setores e empresas líderes em ampliação nos mercados nacionais. O segundo aspecto tinha por base a remontagem dos monopólios dos principais países derrotados visando o impedimento/enfrentamento da ameaça posta pela alternativa socialista. Nesse sentido, o Plano Marshall tinha papel central, embora teoricamente fosse apenas uma ajuda fraternal destinada a restabelecer a saúde econômica dos países, condição primordial para a paz. Ainda em teoria, os inimigos das nações destruídas seriam a fome, a miséria, o desespero e o caos, além do fato da ajuda não ser fixada unilateralmente pelos EUA, e sim um programa comum amplamente aceito pelas nações europeias. Entretanto, na prática, havia uma exigência de controle norte-americano, mesmo indireto, sobre os países beneficiados, o que seria inaceitável para a URSS e demais países do leste-europeu. Logo, desde o princípio a ajuda seria limitada aos países da Europa Ocidental.

O Plano Marshall (1947-1951) destinou à Europa recursos financeiros na casa dos US\$ 13 bi, beneficiando principalmente Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Itália. Caso se considere a parte asiática do plano, bem como todo o auxílio estadunidense entre 1945 e 1955, a quantia de recursos originários dos EUA alcança os US\$ 56 bi, sendo a maior parte deste valor destituída de contrapartida em termos de reconhecimento de dívida. O plano contribuiu para reforçar a supremacia norte-americana e criar espaço para uma maior integração europeia, que por sua vez diminuiu as barreiras ao comércio intra-europeu, além de fixar o dólar estadunidense como a moeda central do sistema financeiro internacional. As medidas do Plano Marshall eram essenciais para a recuperação da indústria da Europa, decorrente da fragmentação do espaço econômico do período entreguerras e do desmoronamento dos impérios coloniais e escassez de dólares da II GM. O plano ainda acelerou a ruptura das relações intraeuropeias, ou seja, a divisão do mundo entre as superpotências. (TEIXEIRA, 1983)

A Guerra Fria é um desdobramento da II GM no sentido de que os países que mais contribuíram para seu desfecho, EUA com poderio bélico e recursos e URSS com sacrifício humano, assumem uma posição de destaque na geopolítica mundial. Dada a posição privilegiada de ambas as superpotências, seus modos de produção, capitalista e socialista respectivamente, entram em conflito no sentido de se apresentar como superior ao outro. O ambiente de destruição da Europa propiciava a disputa entre os modos de produção, com o socialista ganhando cada vez mais terreno e ameaçando a hegemonia capitalista. Nesse ambiente de rivalidade, o Plano Marshall surge não só



como um plano de reconstrução europeia, como também um plano de afastar o ideal socialista da parte ocidental do continente.

Contudo, um tema de extrema importância necessita ser considerado, que é a questão das relações econômicas entre os países. Essa preocupação não é fruto da Guerra Fria, e sim da Grande Depressão de 1929 e seus efeitos devastadores sobre a economia mundial na década de 1930. Tais efeitos seriam inclusive um dos motivos para a II GM em função do imperialismo praticado pelas nações visando reforçar suas economias. Estava claro que deveriam ocorrer modificações nas relações econômicas globais no intuito de impedir que eventos como a Crise de 1929 e a II GM passassem a ser recorrentes. É nesse sentido que as discussões que levaram aos Acordos de Bretton Woods em 1944 devem ser entendidas, como uma forma de regulamentar as relações econômicas entre os países e evitar a ocorrência de novas catástrofes.

Conforme Teixeira (1983), as definições das regras do jogo no plano econômico foram celebradas nos Acordos de Bretton Woods em 1944, com a participação de 44 países, inclusive EUA e URSS. A nova ordem mundial do pós-guerra já vinha sendo considerada pelos EUA, de modo que desde 1942, os representantes dos tesouros americano e britânico, White e Keynes respectivamente, já dialogavam até formularem uma proposta conciliatória apresentada na conferência e assinada pelas 44 nações. A proposta de Keynes envolvia a emissão de ouro bancário como unidade central de reserva, o “bancor”; a proposta White seria parecida, porém a unidade básica seria o “unitas”. Contudo, a oposição do Congresso dos EUA às propostas terminou por prevalecer, de modo que os acordos reestabeleceram o padrão ouro-divisas e definindo o dólar como moeda internacional de reserva.

Para Mazzucchelli (2013) ambas as propostas Keynes e White tinham por objetivo desenhar a ordem monetária internacional, eliminando os ajustes deflacionários ou as desvalorizações competitivas como método de correção dos desequilíbrios produzidos por déficits no BP, conforme ocorrera nos anos 1920. Divergências à parte, Keynes e White vislumbravam a construção de instituições supranacionais destinadas a garantir a estabilidade cambial e o provimento de liquidez, visando à ampliação do comércio internacional. Ambos os proponentes defendiam o controle dos fluxos de capitais de curto prazo para evitar movimentos especulativos que acabam por desestabilizar as contas externas e produzir instabilidade das taxas de câmbio. Segundo Hobsbawm (2016), a supremacia estadunidense era um fato, fazendo com que as instituições internacionais resultantes de Bretton Woods estariam subordinadas à

política americana. Caberia a essas instituições promover o investimento internacional, estabilizar as taxas de câmbio e corrigir problemas de BP. O novo sistema internacional de comércio e pagamentos foi bem-sucedido, embora com algumas diferenças em relação à sua proposta original, à medida que a dominação econômica dos EUA e o dólar possibilitaram um período de liberalização comercial, liberalização financeira e estabilidade monetária.

As instituições criadas pelos Acordos de Bretton Woods foram o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O FMI tinha por objetivo zelar pelo cumprimento do acordo e conceder empréstimos aos países que apresentassem déficits em seu BP. Caberia ao BIRD a concessão de empréstimos a investimentos produtivos nos países membros, em caso de ausência de capital privado. Finalmente, o GATT visava à redução das barreiras ao comércio internacional, marcadamente das tarifas alfandegárias. Toda esta institucionalidade seria resultante do esforço estadunidense em gerar um ordenamento das relações internacionais à sua vontade, afirmando sua própria hegemonia, seu predomínio político, industrial e financeiro a partir dos dispositivos monetários de Bretton Woods. (TEIXEIRA, 1983)

### **Desenvolvimento em debate**

O segundo ponto de análise do artigo volta-se para o cenário interno, o intenso debate sobre a estratégia de desenvolvimento a ser adotada pelo novo governo democrático após a ditadura varguista. Tal debate ficou conhecido como o debate Simonsen-Gudin, mas na prática era muito mais amplo que a ideologia destes dois pensadores. Podemos elencar ao menos três vertentes do pensamento econômico presentes no debate acerca do desenvolvimento, os (neo)liberais, os desenvolvimentistas e os socialistas/comunistas, seguindo a linha de pensamento adotada por Bielschowsky (2004). Em particular, a vertente desenvolvimentista embora apresente um denominador comum, que seria a noção do papel principal da industrialização no processo de desenvolvimento, se subdivide em grupos particulares no que diz respeito à participação do capital estrangeiro, do setor privado nacional e do setor público. Nesse sentido, o pensamento desenvolvimentista seria riquíssimo em conteúdo dada sua heterogeneidade, requerendo uma análise de cada subgrupo separadamente visando

enriquecer o estudo de cada componente dessa vertente maior que é o desenvolvimentismo.

De acordo com Bielschowsky (2004), a corrente neoliberal é definida pela prioridade da livre movimentação das forças de mercado visando alcançar a eficiência econômica, cujo traço principal seria a necessidade de estabelecer condições de equilíbrio monetário e financeiro como condição básica para a maximização dos mecanismos de mercado. A utilização do prefixo “neo” tem o objetivo de expor que os liberais brasileiros em geral passaram a admitir uma nova realidade pós-1930, reconhecendo a necessidade de intervenção estatal mitigadora das imperfeições de mercado que afetavam as economias subdesenvolvidas. Os aspectos fundamentais do pensamento neoliberal brasileiro seriam a redução da intervenção estatal na economia, a preferência por políticas de equilíbrio monetário e financeiro sem considerar seus efeitos sobre o nível de renda e emprego e a ausência de propostas de apoio ao projeto industrialização em função de sua posição contrária a ele. A intervenção estatal seria mínima, limitada a alguma forma de controle sobre o comércio internacional visando ultrapassar os problemas decorrentes das características de oferta e demanda internacional dos produtos primários, além de atividades como educação, saúde e assistência técnica à agricultura. Em relação à participação governamental nos investimentos de infraestrutura, não havia unicidade dentro da corrente, concordavam sim que nenhum investimento direto no setor deveria ser originário do setor público, destacando o potencial do capital estrangeiro em realizar tal atividade.

Segundo Skidmore (2010), o pensamento liberal parte da visão de que o mecanismo de preços seria o determinante básico da economia, cabendo às políticas monetária, fiscal e cambial seguir os princípios ortodoxos impostos pelos teóricos e gestores da política econômica dos países centrais. As principais propostas de política econômica seriam o equilíbrio orçamentário do governo, rígido controle sobre a oferta de moeda, estímulo à entrada de capital estrangeiro em função da necessidade de capitais do país, redução/eliminação das barreiras à movimentação de capital estrangeiro, moeda e produtos. A mobilidade de fatores de produção deveria ser explorada ao máximo de modo a possibilitar que o Brasil assumisse seu papel econômico natural dentro da lei das vantagens comparativas.

A caracterização da corrente neoliberal brasileiro se ampara no pensamento de seu principal expoente, Eugênio Gudín, responsável pelo pioneirismo no ensino e legitimação da teoria econômica no país, tido como o patrono dos economistas

brasileiros. Mesmo sendo um liberal convicto, Gudin se preocupava com as deficiências em seus princípios, baseando seu pensamento na noção clássica de que a economia capitalista tende a um equilíbrio de máxima eficiência quando há livre funcionamento dos mecanismos de mercado, porém contrastava tal noção às evidências históricas e avanços da teoria econômica. Aceitava a intervenção estatal para mitigar as deficiências do sistema econômicas em épocas de depressão, assumindo que em condições adequadas seria possível neutralizar as variações cíclicas da economia. Contudo, era adepto do princípio da mínima intervenção governamental e da noção de que em períodos de prosperidade a ação estatal deveria ser evitada ao máximo, pois afetaria a eficiência alocativa dos mecanismos de mercado. (BIELSCHOWKY, 2004)

Em relação ao caso brasileiro, Bielschowky (2004) coloca que na visão de Gudin, o país apresentava um quadro permanente de pleno emprego, eliminando as concessões teóricas feitas às economias desenvolvidas. Seria a hipótese de pleno emprego o elo de coerência entre a flexibilidade de Gudin acerca das questões monetárias e a sua ortodoxia frente à política anti-inflacionária para o Brasil. A inflação seria uma característica de economias em situação próxima ao pleno emprego, ou seja, o diagnóstico de inflação de demanda decorrente do déficit público e expansão creditícia, sendo completada pela noção de inflação de custos devida às elevações salariais. O combate à inflação seria afetado pelas desvalorizações cambiais, que realimentariam o processo inflacionário e agravariam o desequilíbrio externo, via a deterioração dos termos de troca. Nesse sentido, os desequilíbrios no BP seriam gerados pela inflação em função da tendência inexorável ao equilíbrio externo, dada a interdependência dos valores de exportação e importação. A eliminação da inflação, e não a introdução de barreiras comerciais, seria o método para se atingir concomitantemente o equilíbrio externo e a máxima eficiência econômica. Para tanto, deveria ser adotada uma política de câmbio administrado, baseada em pesquisas empíricas de estimativa das reações dos fluxos de comércio e capital às oscilações na taxa de câmbio corrente.

A segunda corrente do pensamento econômico brasileiro presente no debate acerca do desenvolvimento é a desenvolvimentista. A noção chave dessa vertente é o papel privilegiado da indústria no desenvolvimento de um país, daí derivando a importância da industrialização. Apesar do papel central dado ao setor industrial, o pensamento desenvolvimentista assume diferentes contornos em relação ao papel dos setores privado, público e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento,

fazendo com que a vertente desenvolvimentista possa ser subdividida conforme tais diferenciações.

A definição do pensamento nacional-desenvolvimentista passava pela defesada necessidade de industrialização do país, alegando que as forças espontâneas que haviam possibilitado a industrialização dos países desenvolvidos não estariam presentes no Brasil, de modo que a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial moderna solicitaria um novo método de desenvolvimento e a necessidade de planejamento estatal. Reconheciam que a operação do mecanismo de preços e a livre mobilidade de fatores de produção seriam entraves à industrialização. Assim sendo, a estratégia de desenvolvimento deveria se basear numa economia mista, com o setor privado recebendo incentivos a um conjunto determinado de prioridades de investimento, e ao setor público caberia intervenção através de empresas estatais e empresas mistas público-privadas no intuito de findar os gargalos estruturais e garantir investimentos em áreas onde o setor privado não dispusesse de interesse e recursos para fazê-lo. O capital privado estrangeiro era tido como parceiro importante, desde que sujeito a regulamentação pelas autoridades nacionais competentes. (SKIDMORE, 2010)

Bielschowsky (2004) parte da definição do conceito de desenvolvimentismo, como sendo o projeto de superação do subdesenvolvimento via industrialização integral, planejamento e apoio estatal. Para uma melhor caracterização do pensamento desenvolvimentista, o autor subdivide a corrente em três, o setor privado, o setor público não nacionalista e o setor público nacionalista. Tais correntes partilhavam do projeto de formação de um capitalismo industrial moderno no Brasil e a ideia de que para tal era preciso planejamento econômico e intervenção estatal. Os desenvolvimentistas privados eram favoráveis ao suporte governamental à acumulação privada, com posições diversas sobre o grau da participação estatal e do capital estrangeiro, privilegiando sempre a defesa dos interesses empresariais. Por sua vez, os desenvolvimentistas públicos não nacionalistas defendiam o apoio estatal à industrialização, priorizando o investimento privado, nacional ou estrangeiro, na indústria e em infraestrutura, procedendo ao investimento público apenas em último caso, além de sua afeição por políticas de estabilização monetária. Finalmente, os desenvolvimentistas públicos nacionalistas pregavam investimentos estatais em setores estratégicos para a continuidade do processo industrializante, como mineração, energia, transporte, telecomunicação e indústria de base, sendo contrários às políticas de estabilização devido à recessão que produzem.

A descrição da corrente desenvolvimentista do setor privado parte do pensamento de seu representante mais significativo, Roberto Simonsen, tido como o maior líder industrial brasileiro. A industrialização era considerada a chave para a superação da pobreza brasileira, sendo necessário um processo integrado de industrialização, alegando que o desenvolvimento industrial de uma nação dependeria da instalação de uma indústria de base, marcadamente metalurgia e indústria química. Simonsen colocou que no pós-guerra estava em curso um processo de reestruturação das economias latino-americanas, chegando a dizer que o Plano Marshall seria prejudicial aos interesses da região em função da exclusividade na destinação de equipamentos e matérias-primas à reconstrução do continente europeu em detrimento da necessidade destes na manutenção do processo de industrialização da América Latina. O sucesso da industrialização dependeria do suporte estatal, dada à insuficiência e possível nocividade dos mecanismos de mercados no processo industrializante. Dessa forma, os instrumentos mais importantes de intervenção governamental seriam o protecionismo e o planejamento. O desenvolvimento industrial deveria ser aliado aos interesses agrícolas e alinhado economicamente aos EUA. Caberia ao setor público uma intervenção além do direcionamento de recursos a atividades específicas, como também investimentos diretos em setores de base onde o setor privado estivesse ausente. (BIELSCHOWSKY, 2004)

A análise da corrente desenvolvimentista do setor público não nacionalista presente em Bielschowsky (2004) toma por base o pensamento de Roberto Campos, alegadamente o maior expoente da vertente. Uma das noções principais da corrente é a crença de que o capital estrangeiro teria um papel crucial no processo de industrialização do país. Para os adeptos da corrente, o capital estrangeiro deveria participar amplamente na produção industrial doméstica, além de possuir interesses de longo prazo no processo industrializante. Não se apresentavam como contrários aos investimentos estatais, contudo combatiam sua propagação, partindo da ideia de que o setor público não deveria atuar em áreas onde a iniciativa privada pudesse fazê-lo mais eficientemente. Nos ramos onde o setor privado nacional não tivesse envergadura suficiente para operar, como nos grandes projetos de infraestrutura e mineração, seria recomendada a opção pelo capital estrangeiro frente ao investimento estatal. Estavam de acordo com o ponto chave do pensamento desenvolvimentista, que seria o projeto de industrialização planejada, entretanto apresentavam grande preocupação com o controle da inflação, apoiando políticas de estabilização monetária sem pestanejar.

O pensamento da corrente desenvolvimentista do setor público nacionalista tinha como objetivo a construção de um capitalismo moderno no país via ampla intervenção governamental na economia, tendo como seu principal representante Celso Furtado. Para essa vertente, a intervenção estatal se daria com políticas de suporte à industrialização aliada a um sistema de planejamento robusto e investimentos públicos em setores básicos. Enxergavam a industrialização planejada como solução histórica para o atraso econômico e social brasileiros, defendendo que a acumulação de capital em setores estratégicos não poderia depender da iniciativa e controle do capital estrangeiro, sendo necessária a adoção de controle e comando interno de capitais nacionais, marcadamente estatal, dada a consensual incapacidade do empresariado brasileiro. Os adeptos dessa corrente pregavam intervenção governamental em setores estratégicos como transporte, energia elétrica, petróleo, mineração, siderurgia, indústria química e demais setores básicos como condição primordial ao processo de industrialização, sendo o capital estrangeiro convidado a participar nos demais setores industriais, desde que com controle sobre as remessas de lucro, vistas como forte ameaça ao BP e, conseqüentemente, à continuidade da industrialização. Ou seja, a intervenção estatal deveria se dar em todos os setores onde o capital privado, por diversos motivos, não pudesse entrar ou não tivesse interesse em fazê-lo. Os investimentos privados, nacionais e estrangeiros, direcionados a setores não considerados básicos e/ou estratégicos, ainda deveriam se submeter ao planejamento econômico estatal. Além da defesa de uma profunda intervenção estatal na economia por meio de políticas orientadas pelo planejamento econômico e reforçada pelos investimentos governamentais em setores estratégicos, os desenvolvimentistas públicos pregavam a subordinação da política monetária à política de desenvolvimento econômico, vendo o processo inflacionário conforme a teoria estruturalista cepalina, de modo a desconsiderar medidas de controle da inflação de curto prazo. Outro ponto do pensamento dessa corrente era predisposição por políticas sociais, em função de sua preocupação com o desemprego, pobreza e atraso cultural do povo brasileiro, como também da obsolescência das instituições nacionais. (BIELSCHOWSKY, 2004)

A última corrente de pensamento a ser estudada é a socialista/comunista, que compartilha aspectos comuns com o pensamento desenvolvimentista no que tange à necessidade de industrialização e intervenção estatal na economia, estando mais à esquerda no espectro político que os desenvolvimentistas. Em comparação ao pensamento neoliberal, os socialistas se posicionariam numa completa oposição, tanto



em função da contrariedade à participação do capital estrangeiro quanto da noção de vantagens comparativas adotada pelos neoliberais. A corrente socialista não tem uma pessoa como principal representante, e sim um grupo delas, reunidos no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

De acordo com Bielschowsky (2004), a corrente socialista defendia a industrialização e a intervenção estatal, sendo considerada desenvolvimentista nesse sentido. Os socialistas eram mais radicais que os desenvolvimentistas do setor público nacionalista uma vez que a industrialização não seria seu projeto principal, e sim a transição para o socialismo. O processo industrializante era visto como responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas necessárias à passagem ao socialismo. Desse modo, os adeptos da vertente socialista defendiam de investimentos estatais em setores básicos da economia e controle sobre o capital estrangeiro. A reflexão econômica dos socialistas teria como base a perspectiva revolucionária discutida e definida pelo PCB, de modo que a proposição de investimentos estatais era vista com componente da discussão acerca da etapa histórica de transição para o socialismo e o posicionamento político correspondente a esta passagem. A ideologia econômica do PCB seria subordinada ao debate interno no partido sobre sua tática revolucionária e plataforma de lutas políticas, seja em relação ao capital estrangeiro, setor público, inflação, BP e outros assuntos econômicos. As lutas tidas como prioritárias, a antifeudal e a anti-imperialista, juntamente com o processo de transição ao socialismo organizavam o pensamento do PCB.

Segundo Skidmore (2010), o nacionalismo radical seria mais uma ideologia política que uma estratégia de desenvolvimento propriamente dita, tendo por base a noção de que a estrutura econômica e social vigente era de exploração, sendo imperativa uma mudança radical. O subdesenvolvimento brasileiro decorreria de um acordo entre o setor privado e o setor público do mundo desenvolvido, no intuito de conferir ao país um papel de subordinação permanente como explorador de produtos primários, cujos preços seriam mantidos baixos, e importador de produtos manufaturados, com preços mantidos altos pelas corporações monopolistas. Assim, todo e qualquer programa industrializante pereceria caso dependesse da participação dos países centrais, visto que as políticas de industrialização, como a ampliação da capacidade de importação de bens de capital, poderiam ser sabotadas pelo mundo desenvolvido. Havia também o diagnóstico de que o subdesenvolvimento brasileiro seria obra dos setores domésticos

relacionados ao comércio internacional, auxiliados por empresas estrangeiras responsáveis por investimentos exploradores.

### **Política econômica oscilante**

Após essa breve contextualização do ambiente geopolítico internacional e do debate doméstico sobre os rumos a serem seguidos pelo país, passamos à condução da política econômica na gestão Dutra (1946-1951). O general Eurico Gaspar Dutra assume a presidência da república nesse conturbado ambiente, marcado pela tensão da Guerra Fria e vigência dos acordos de Bretton Woods no *front* externo, e pelo debate do desenvolvimento no *front* interno. A política econômica estabelecida pelo governo e sua execução prática só pode ser compreendida tendo em vista a riqueza desse cenário político e econômico ímpar do pós-guerra.

A agenda econômica inicial da gestão Dutra era marcada pela contenção do déficit público, que pressionava os recursos escassos, e pela liberalização das importações visando redução dos “lucros extraordinários” dos industriais devido à inflação, como também forçá-los a se modernizar no intuito de atenderem ao mercado interno, em um ambiente de menor escassez de reservas e maior competitividade. Contudo, não seria objetivo da política econômica estimular um retorno à vocação agrária brasileira, e sim liberar o sistema de preços para conter a inflação e gerar um crescimento econômico mais equilibrado, podendo até produzir um reaparelhamento modernizante da indústria doméstica a partir das expectativas ilusórias sobre a reconstrução da economia global no pós-guerra e do papel privilegiado do Brasil frente aos EUA. (BASTOS, 2004)

Após o fim da II GM havia a esperança da normalização das atividades econômicas, regulação dos fluxos comerciais e financeiros internacionais, além da visão da necessidade de redução da presença governamental na economia. Nesse sentido, a política econômica do governo Dutra baseava-se na adoção de uma taxa de câmbio única e livre e garantia de retorno aos capitais aplicados no país como condição fundamental de fomento a entrada de capitais estrangeiros, sendo fiel a essa noção por todo mandato, uma vez que não houve controle de capital na conta de capital. Havia também o desejo de abastecer o mercado interno com manufaturas, matérias-primas e insumos através de estímulo à importação, em função das dificuldades para tal durante a

guerra, isto é, da demanda reprimida. Olhando para o lado interno, propunha-se o equilíbrio das contas públicas e limitação da emissão monetária ao mínimo possível, com a faculdade de fazê-lo caso demandado pelo setor produtivo, além da reforma tarifária. (SARETTA, 2000)

Conforma Vianna(2014), a política econômica do governo Dutra pode ser delimitada a partir de dois fatos relevantes. O primeiro seria o fim do mercado livre de câmbio e adoção do sistema de contingenciamento de importações entre meados de 1947 e começo de 1948. E o segundo seria a substituição do Ministro da Fazenda Correa e Castro pelo ex-presidente do Banco do Brasil, Guilherme da Silveira, em meados de 1949, sinalizando uma passagem de uma política econômica ortodoxa contracionista para uma heterodoxa, mais flexível nas áreas fiscal e monetária. Estas modificações na gestão da economia integrariam um processo de progressivo desmonte da ilusão liberal que orientou a formação do governo, sendo compreendidas somente à luz do cenário internacional. Segundo Vianna e Villela (2011), a ilusão da entrada de divisas teria como base a noção de uma rápida reorganização econômica mundial ancorada nos princípios liberais de Bretton Woods, a suposta posição brasileira de credora dos EUA pela sua ajuda na II GM, a crença que uma política liberal de câmbio atrairia grande fluxo de capital estrangeiro e a expectativa de elevação considerável nos preços internacionais do café com a eliminação de seu preço-teto em 1946 pelo governo estadunidense.

Bastos (2010) coloca que as alianças continentais feitas pelos EUA durante o conflito mundial fomentaram as esperanças brasileiras acerca de auxílio no financiamento do desenvolvimento. Tais esperanças teriam se frustrado no pós-guerra, uma vez que o foco da política externa norte-americana seria a reconstrução da Europa e Ásia, onde rondavam os focos de influência do socialismo e do comunismo. A mudança na política externa estadunidense, para Bastos (2011), teria sido orientada pela eclosão da Guerra Fria, de modo a pautar-se pelas necessidades políticas de segurança no intuito de consolidar as alianças no Atlântico e Pacífico em detrimento de interesses econômicos de curto-prazo.

Ainda em 1946, o governo dos EUA definiu sua posição oficial sobre o auxílio ao Brasil. Em primeiro lugar, caberia ao país ampliar suas fontes internas de financiamento antes de solicitar ajuda estadunidense. Segundo, devia haver distinção por parte do governo brasileiro entre os programas de reequipamento e de desenvolvimento, devendo os gastos com reequipamento serem financiados via reservas

acumuladas. Em terceiro lugar, o interlocutor dos programas de desenvolvimento seria a instituição criada para tal, o Brasil Mundial, e não o governo norte-americano. Quarto e último, o desenvolvimento brasileiro estaria atrelado à capacidade de atração de capitais privados a partir da criação de um clima favorável para tal. (MALAN, 2007)

De acordo com Vianna (1987), a política econômica externa foi marcada pela fixação da taxa de câmbio à paridade de 1939, de Cr\$18,50/US\$, instituição do mercado livre e abolição das restrições a pagamentos herdadas dos anos 1930. Uma vez que os preços internos teriam dobrado em relação aos dos EUA entre 1937-1945, a sobrevalorização cambial seria evidente. Os objetivos dessa política eram o atendimento da demanda reprimida de máquinas, equipamentos e insumos para o reequipamento industrial, fomentar a diminuição dos preços dos bens industrializados via ampliação da oferta de produtos estrangeiros importados com câmbio sobrevalorizado e estimular a entrada de capitais estrangeiros na esperança de que a liberalização na saída fosse um fator de atração de recursos.

Segundo Saretta (1995), a crise cambial de 1947 decorreu do equívoco dos formuladores da política econômica na compreensão do cenário internacional. O barateamento das reservas nas importações de produtos supérfluos, ao invés de bens produtivos, era visto como principal responsável pela escassez de divisas. Entretanto, embora em um patamar insuficiente, as reservas não teriam sido mal utilizadas em maior parte, isto é, gastas em bugigangas, pois serviram para a compra de bens de consumo duráveis que o país necessitava em função da impossibilidade de sua importação durante a guerra. A questão é que o nível de divisas seria insuficiente para as enormes necessidades de reaparelhamento da economia brasileira, modernização da infraestrutura e geração de energia em nível suficiente para o crescimento e diversificação da economia, sobretudo do setor industrial.

Para Malan (2007), o problema principal do BP brasileiro era a conversibilidade das moedas de nações que absorviam aproximadamente 50% das exportações nacionais. Até o ano de 1948 o Brasil estaria acumulando divisas em moedas fracas, sem poder de comando imediato sobre recursos reais, e déficits em moedas fortes, conversíveis. O déficit com as moedas conversíveis superaria os US\$ 300 milhões em 1947, implicando a necessidade de adoção de controles sobre importações via a instituição do sistema de licenciamento com câmbio fixo que foi mantida durante todo o governo Dutra. O problema cambial brasileiro em 1947-1948 era o saldo em divisas conversíveis, especificamente em dólares norte-americanos.

Em linhas gerais, o problema da escassez de divisas da economia brasileira era originário do descasamento entre oferta e demanda de reservas conversíveis, uma vez que a maior parte das exportações do país era destinada à área inconvertível, marcadamente Europa, ao passo que a maior fatia das importações brasileiras vinha dos EUA, a economia com maior capacidade de exportação no imediato pós-guerra. O Brasil estava acumulando recursos que não poderiam ser convertidos em moedas fortes, enquanto seus gastos externos eram efetuados majoritariamente em dólar estadunidense. Assim, a saída adotada pelo governo brasileiro foi a adoção do sistema de licenças de importação para fazer frente a este descasamento entre oferta e demanda de moedas conversíveis.

Na visão de Bastos (2004), a crise cambial de 1947 originou a mudança na condução da política econômica liberal sem restrições, impondo a instauração de controle cambial para assegurar importações essenciais e fomentar a substituição de importações menos fundamentais, como os bens de consumo duráveis. Os documentos oficiais levam à compreensão de que o governo brasileiro estaria ciente dos efeitos do controle de importações sobre a substituição de importações. Bastos (2010) acrescenta que tal crise fez com que a administração passasse a incentivar a substituição de importações leves, baseada em bens de consumo duráveis, através da superação parcial dos entraves do processo substitutivo, tal como a escassez de divisas, crédito e infraestrutura. O Plano Salte enviado ao Congresso Nacional em 1948 defendia investimentos públicos prioritários, como saúde, alimentação, transporte e energia, enquanto o Banco do Brasil (BB) realizava uma política creditícia acomodatória. Contudo, a concentração de investimentos no setor de bens de consumo duráveis fruto do processo de substituição de importações expandia a importação de insumos e bens de capital que não poderiam ser custeados pelas exportações de produtos básicos.

Segundo Saretta (2002), o crescimento industrial a partir de 1945 não deve ser considerado espontâneo, tendo em vista a existência da constante demanda de modernização e reequipamento do setor industrial. Tais demandas seriam mais relevantes em função da política econômica de controle monetário e equilíbrio fiscal do período, que passou a ser duramente criticada por desconsiderar as questões que estariam atrapalhando o desenvolvimento econômico brasileiro, a despeito dos bons resultados econômicos de 1947-1948. Desse modo, o surto industrial não seria apenas fruto de uma conjuntura adversa, mas sim do aproveitamento pelo setor industrial dos

aspectos favoráveis ao seu crescimento, além do estabelecimento de bases significativas para a relevante ampliação do setor industrial nos anos 1950.

A gestão da política econômica interna do governo Dutra é considerada ortodoxa até o ano de 1949, sendo a inflação tida como principal problema a ser combatido, diagnosticada como inflação de demanda. Seu enfrentamento se daria com uma política monetária contracionista, pautada na redução do gasto privado, e uma política fiscal austera, visando à eliminação dos déficits orçamentários que se acumulavam há 20 anos. Apesar do déficit público em 1946, a obtenção de superávits foi possível entre 1947-1948 devido à contração do investimento público. O resultado da condução ortodoxa de política econômica foi inflação de 22%, 2,7% e 8% nos anos de 1946, 1947 e 1948, respectivamente, com o PIB se expandindo 9,7% em 1948. O ponto de inflexão na política econômica ocorre com a troca de Correa e Castro por Guilherme da Silveira no Ministério da Fazenda em 1949, com a adoção de uma política expansionista de acordo com os interesses produtivos visando o crescimento econômico. Além do déficit público entre 1949-1950, a política monetária frouxa e aumento creditício real pelo BB produziram elevação do nível geral de preços, 12,3% e 12,4% em 1949 e 1950, respectivamente, além de crescimento do PIB de 7,7% e 6,8% no mesmo período. (VIANNA; VILLELA, 2011).

### **Considerações Finais**

O governo Dutra (1946-1951) se insere em um período muito conturbado da história mundial, entre o final da II Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra da Coreia (1950-1953), em um ambiente marcado pelo início e acirramento da tensão entre as duas superpotências do pós-guerra, Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que ficou conhecido como Guerra Fria. A disputa ideológica entre os modos de produção capitalista e socialista dividiu o planeta em duas grandes áreas de influência, o primeiro mundo, sob a égide dos EUA, e o segundo mundo, liderado pela URSS. Coube aos países que não se alinharam diretamente a algum dos blocos a alcunha de terceiro mundo. Embora o Brasil, sobretudo na gestão Dutra, fosse um grande aliado dos EUA, seu status de terceiro mundo permaneceu em função da fraca tensão na América Latina acerca do conflito ideológico capitalismo versus socialismo, decorrente da soberania estadunidense no continente.

O Brasil, mesmo sendo um grande país, nunca assumiu uma posição de player na geopolítica internacional, de modo que seu papel era muito mais o de ser afetado pelas decisões tomadas pelos países centrais que impactar estes através de decisões internas de política econômica, à exceção do café durante um período considerável. Dito isto, é dever de todos que se propõem a estudar a economia brasileira vislumbrar os acontecimentos mundiais, sobretudo nos países dominantes, cujos efeitos se espalham pelo globo, impactando os países com menor poder decisório de forma geralmente mais forte. Logo, para entender os rumos adotados pelos gestores da economia e seus resultados, positivos ou negativos, deve-se ter em mente o cenário internacional no período em questão, dada a inserção diferenciada dos países periféricos na divisão internacional do trabalho.

### **Referências Bibliográficas**

BASTOS, P. P. Z. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo da política econômica no governo Dutra. *História econômica e história de empresas*, v. II, n. 1, p. 99-135, 2004.

BASTOS, P. P. Z. *De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria*. Campinas: IE-Unicamp, 2011. (Texto para discussão n. 194)

BASTOS, P. P. Z. Liberal esclarecido ou aliado fiel? Sobre a natureza da política econômica externa brasileira no governo Dutra (1946-1951). *Economia, Selecta*, Brasília, v. 11, n. 4, p. 285-320, dez. 2010.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. 55 reimp. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

MALAN, P. S. *Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. Tomo III. Vol. 11. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MAZZUCHELLI, F. *Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra*. Campinas: Facamp Editora, 2013.

SARETTA, F. *Política econômica brasileira (1946-1951)*. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

SARETTA, F. Crescimento e política econômicos no governo Dutra. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.25, n.3, p.415-431, set-dez 1995.

SARETTA, F. *O governo Dutra na transição capitalista no Brasil*. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2 ed. revista. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946-1951)**

Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. 1 ed. 1 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TEIXEIRA, A. *O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra*. 1983. 249f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

VIANNA, S. B. *A política econômica no segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

VIANNA, S. B. *Política econômica externa e industrialização, 1946-1951*. In: ABREU, M. de P. (org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VIANNA, S. B.; VILLELA, A. *O pós-guerra (1945-1955)*. In: Giambiagi, F. et al. (orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. 2 ed. 2 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.